ATIVIDADE PESQUEIRA NO DISTRITO DE ACUPE (Bahia-Brasil) E AS MUDANÇAS TERRITORIAIS A PARTIR DA INSERÇÃO DA ATIVIDADE DA CARCINICULTURA[1]

Kássia Aguiar Norberto Rios[2]
Guiomar Inez Germani[3]

Resumo: O presente trabalho busca analisar e compreender como se dá a produção do espaço no Distrito de Acupe, em Santo Amaro (Bahia - Brasil), cuja atividade principal é a pesca artesanal e as principais mudanças ocorridas, a partir da implantação de empreendimentos de cultivo de camarão em viveiro. Na perspectiva de entender o espaço geográfico em sua totalidade, busca-se analisar as contradições da produção do espaço por pescadores artesanais e carcinicultores. Em Acupe, pode-se observar através da relação dos territórios terra e água a materialização das contradições existentes entre os diferentes agentes que se apropriam do espaço.

Palavras – chave: Apropriação da natureza. Produção do espaço. Atividade Pesqueira.

INTRODUÇÃO

A atividade pesqueira no Brasil mantém considerável importância para sua população e economia, na primeira como fonte geradora de alimentos, de emprego e renda em diversos segmentos da atividade, em segundo contribuindo na economia do país, através de sua comercialização (importação/exportação do pescado) e do fortalecimento de outros setores que envolvem a atividade.

Dentre as atividades exercidas no setor, destacamos a pesca artesanal, que ainda hoje, exerce o papel de principal atividade de subsistência para muitas comunidades tradicionais existentes no litoral do país, a exemplo do litoral baiano e o Distrito de Acupe – Santo Amaro (BA), recorte espacial do presente artigo.

Com a evolução das tecnologias e modernizações na atividade pesqueira, o aumento da pesca intensiva e a implantação da atividade da carcinicultura[4] no país, diversas mudanças são percebidas nessas comunidades que dependem

---

[1] Esse artigo é parte do projeto de pesquisa desenvolvido no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia.

[2] Mestranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia – UFBA (Brasil) e integrante do Projeto GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/MGEO/CNPq).
Email: kassia_arodrigues@yahoo.com.br

[3]Profa. Dra. da Universidade Federal da Bahia – UFBA (Brasil) e coordenadora do Projeto GeografAR - A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (UFBA/MGEO/CNPq).
Email: guioma@ufba.br

[4] A carcinicultura é a criação de camarões em viveiros, podendo ser: em água salgada (marinha) e em água doce. Ambas necessitam de um laboratório onde serão criadas as larvas (larvicultura). Logo após a eclosão, estas passam por alguns estágios de desenvolvimento (náuplios, protozoéa e mísis), para assim chegarem à condição de pós–larvas e serem inseridas em seus viveiros (ABCC, 2009).

diretamente da pesca artesanal. Pois a lógica empregada por esse empreendimento de caráter industrial se difere da lógica empregada pelos pescadores artesanais.

Com a inserção das atuais formas de apropriação em suas áreas de uso, tais comunidades têm seu desenvolvimento comprometido, devido à diferenciação de apropriação/produção existente entre as mesmas (DIEGUES, 2004). Pois, o desenvolvimento de uma atividade implica/interfere muitas vezes nas condições necessárias para a realização da outra. Ocasionando, mudanças na organização do espaço dessas comunidades, devido à apropriação do mesmo por atividades diferenciadas.

Dessa forma, o objetivo desse artigo é realizar uma abordagem crítica sobre o tema proposto, abrangendo as dinâmicas de apropriação do espaço, até então ocupado pela comunidade local e os fundamentos nos quais se baseia a produção do espaço do Distrito de Acupe, a partir da atividade pesqueira local (pesca artesanal e carcinicultura) e suas relações territoriais.

Atividade Pesqueira no Brasil

Inicialmente, tal atividade era predominante no Brasil de maneira artesanal, exercendo funções que visavam à própria subsistência das famílias indígenas. Utilizando-se de instrumentos tradicionais, confeccionados por eles mesmos. No Brasil colônia (1500 a 1822), destacamos na atividade pesqueira, a pesca da baleia (Recôncavo baiano), o inicio da regulamentação da atividade pelo Estado e a criação da primeira colônia de pescadores do país, a Colônia de Pescadores de Nova Ericeira, em Porto Belo – Santa Catarina.

Com a criação da capitania dos portos em 1846, iniciou o cadastramento obrigatório dos pescadores do país, sendo organizada pelo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras.

A organização institucional da atividade no país intercalou inicialmente, entre o Ministério da Marinha e o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras, originando a criação de alguns órgãos, a exemplo da Diretoria da pesca e saneamento do litoral, criada pelo Ministério da Marinha em 1923 e a Divisão de caça e pesca criada pelo Ministério da Agricultura em 1933. Ambos os órgãos extintos em 1962, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE. Nessa

época, os incentivos ficais para atividade fizeram com que a mesma obtivesse um grande crescimento produtivo.

Em 1989, a atividade pesqueira passa a ter sua organização frente a um órgão ambiental, pois, até então a mesma tinha sido organizada pelos Ministérios da Marinha e da Agricultura e com a extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca e a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis IBAMA, a organização da atividade passa a ser feita pelo IBAMA.

Como se tratava de órgão ambiental, a organização visava mais a conservação dos recursos, do que a produção em si realizada pela atividade, o que gerou insatisfação dos produtores. O que ocasionou em 1998, a criação do Departamento de Pesca a Aqüicultura - DPA, passando então a ter dois órgãos responsáveis pela atividade, o IBAMA e o DPA. Como os mesmos se divergiam entre seus objetivos, os conflitos de interesses eram freqüentes. O que ocasionou a extinção da DPA e a criação da Secretária Especial de Aqüicultura e Pesca – SEAP. Cabe salientar nessa fase, a participação principalmente da atividade da pesca artesanal nas decisões do órgão.

Em 2009, tivemos a transformação da SEAP em Ministério da pesca e aqüicultura – MPA, órgão gestor da atividade, vigente até os dias atuais.

Podemos observar que a organização institucional da atividade pesqueira passou por diversas mudanças até os dias atuais. Mediante essas mudanças a produção nacional do pescado também passava por algumas oscilações, cabe ressaltar que, no presente artigo iremos nos restringir inicialmente a pesca maritima.

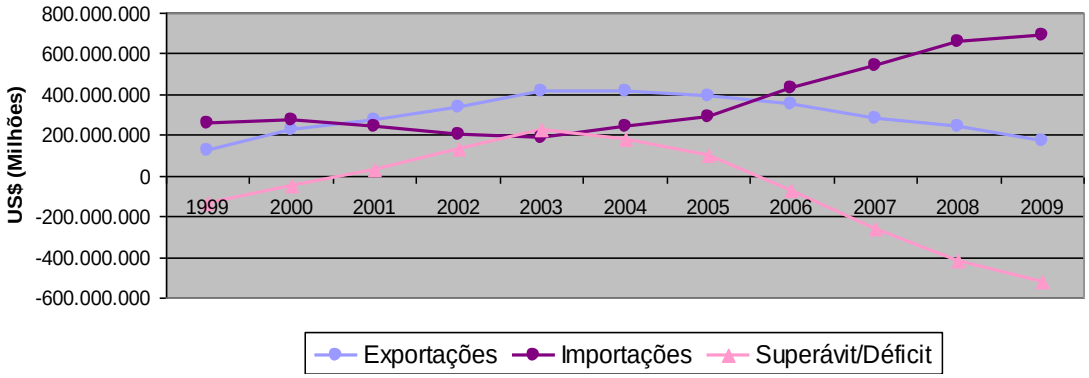
Produção Pesqueira Marítima

No que tange a produção pesqueira no Brasil, a pesca marítima oscilou bastante no período de 1960 a 2007. Obteve pontos máximos de produção até o ano de 1985 com 760.452 toneladas, passando posteriormente por um processo de declínio da atividade até o ano de 1990 chegando a uma produção de 435.000 toneladas, seguido de uma estabilização e a retomada do crescimento em 2000 produzindo 468.000 toneladas e em 2007 chegando a 540.000 toneladas (MPA, 2010).

Segundo os dados obtidos no Caderno de Consolidação de Dados Estatísticos (Estatística 2008 e 2009), elaborado melo Ministério da Pesca e Aqüicultura, a produção nacional de pescados (marinha e continental), em 2003 era de 712.551,5 toneladas e em 2009 foi de 825.164 toneladas. Cabe destacar que a pesca marítima, vem mostrando um estável crescimento, ainda em números pequenos, mas constantes. Como também tem demonstrado maior produção em relação à pesca continental. Em 2003 a pesca marítima era de 484.592,5 toneladas e em 2009 foi de 585.671 toneladas.

Em relação às importações e exportações da atividade, segundo os dados da Balança Comercial de 2009, realizada pelo Ministério da Pesca e Aqüicultura, cabe destacar a redução das exportações e o aumento das importações no país no período de 2006 a 2009. Mudança ocorrida devido a fatores como a variação do cambio existente no período e ainda produção insuficiente decorrente do período de crise na atividade. Como podemos observar no gráfico exposto abaixo:

Gráfico 01: Balança Comercial do Pescado – 1999 / 2009



Fonte: MPA *apud* MDIC, 2009.

De acordo com os dados supracitados, percebemos o aumento significativo das importações brasileiras e a redução das exportações a partir de 2006 seguindo até o ano de 2009. Em 2008 a quantidade de Kg exportados foi de 36.866.809 enquanto que as importações chegaram a 30.080.080 Kg. No ano de 2009 a quantidade de exportações diminuiu em mais de 6.000.000 toneladas e as importações aumentaram em mais de 20.000.000 toneladas.

Podemos observar que mesmo a atividade pesqueira passando por diversos momentos de oscilações e crises, a mesma representa um papel

significativo para a população e economia brasileira, seja como fonte de renda e trabalho, alimentação etc. Nesse contexto destacamos na atividade pesqueira, a pesca artesanal e a carcinicultura. A primeira, como apontado anteriormente, ainda hoje uma das principais atividades exercidas por muitas comunidades tradicionais que residem no litoral do país e a segunda implantada no Brasil na década de 70, no Rio Grande do Norte com o Projeto Camarão.

A Pesca Artesanal e a Carcinicultura

Um dos desafios encarados pelas sociedades contemporâneas é de como conciliar as atuais formas de apropriação e utilização da natureza com uma utilização consciente e não predatória da mesma. Como também de conciliá-las com as formas de apropriação mais tradicionais, a exemplo de pescadores artesanais, quilombolas, camponeses, que se utilizam dos recursos naturais para garantir sua sobrevivência e reprodução social (DIEGUES, 2004).

Nesse contexto, estão as comunidades tradicionais, pesqueiras que, representam exemplos de formas sociais de produção que, por não se inserirem no sistema produtivo dominante, são muitas vezes desarticuladas e obrigadas a dividir seu espaço de uso com empreendimentos econômicos, comprometendo em muitas vezes a sua própria subsistência.

> A atividade pesqueira é uma atividade humana que representa uma modalidade de uso do espaço. Sua especificidade reside na articulação dos meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de morada do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria (CARDOSO, 2003, p. 119).

E importante destacar que,

> [...] o pescador artesanal é aquele que detém consciência sobre os ciclos e o meio ambiente onde realiza seu trabalho, sabendo discernir tipos de ventos, de cardumes, períodos relativos ao calendário lunar e mais aptos a captura de certos tipos de pescados, melhores locais de pescarias e outros. Sem esse conhecimento, que é adquirido pela experiência de vida, não se faz pescador (RAMALHO, 2006, p. 52).

Nesse contexto, observamos que a expansão do modelo urbano-industrial nas zonas pesqueiras de característica artesanal tem levado à extinção os recursos

naturais, base de sobrevivência das comunidades tradicionais, e à destruição de seu *habitat*, além da inserção de diferenciadas formas de produção social que se instalam e materializam-se no espaço dessas comunidades.

Como exemplo, temos inserção da atividade da carcinicultura em áreas de uso de pescadores artesanais e marisqueiras, cujo qual tem comprometido tanto o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal, quanto à própria subsistência da comunidade que ali reside e depende diretamente dos recursos disponíveis. Pois a instalação das fazendas de cultivo de camarão em viveiro ocorre em sua maioria sobre o ecossistema manguezal, ambiente este, essencial para o desenvolvimento da mariscagem, uma das principais atividades realizadas pelas comunidades pesqueiras.

A implantação desses empreendimentos no Brasil data desde o ano 1970, quando o Governo Estadual criou o “Projeto Camarão” no Rio Grande do Norte, pioneiro na atividade no Brasil. A estratégia de implantação do projeto justificava-se como alternativa para substituir a extração do sal, atividade tradicional do Estado que se encontrava em crise.

Nessa primeira fase de implantação do cultivo de camarão em viveiro no Brasil (1978 – 1984), a espécie cultivada era a *Penaus japonicus,* oriunda do Japão. Em 1981 foi realizado em Natal o I Simpósio Brasileiro de Cultivo de Camarão, um evento importante na divulgação da adaptação da espécie no Brasil, como também para abertura de diversas fazendas de cultivo do camarão em viveiro no Brasil.

Outro acontecimento importante desta época foi à decisão da Companhia Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE) em transformar algumas de suas salinas em fazendas de cultivo de camarão. Cabe salientar que, a questão climática favorável desse período, um período longo de estiagem, coincidiu com a fase de adaptação da espécie no Brasil. Posteriormente em 1984, com o inicio de um período de chuvas no Nordeste e, portanto variabilidade de salinidade nas águas estuarinas, algumas dificuldades em manter a reprodução da espécie foram apresentadas, o que descartava a viabilidade de desenvolvimento da carcinicultura com tal espécie.

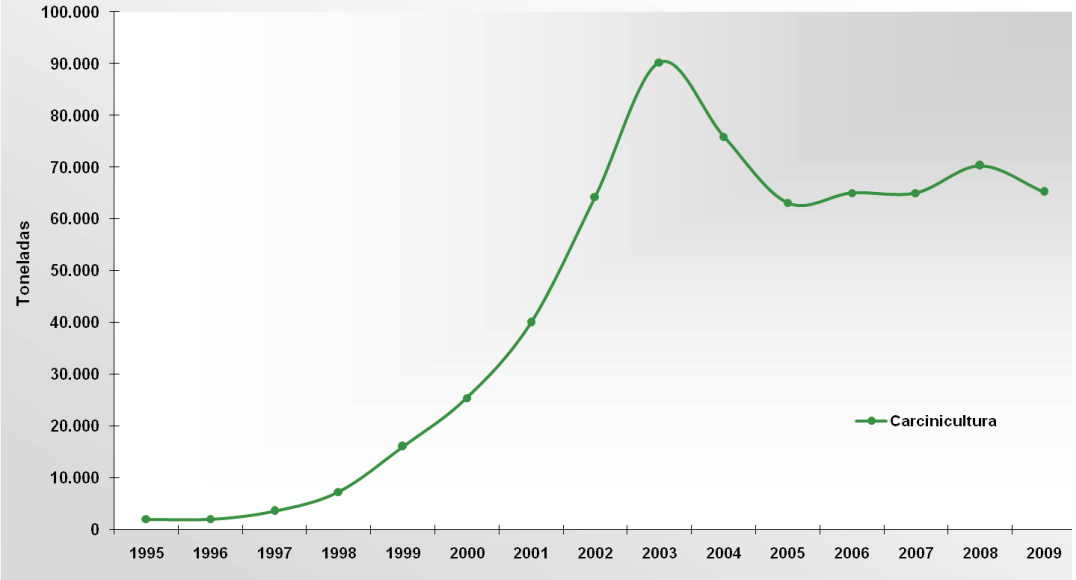
Com o insucesso da espécie no Brasil, a segunda fase da evolução da carcinicultura se caracteriza pela inserção de espécies nativas (L. subtilis, L. paulensis e L. Schimitti) que, durante alguns anos demonstrou-se viável a sua produção. Mas, em termos financeiros essa produtividade cobria apenas os gastos

diretos com a produção da espécie, e em alguns casos nem chegava a cobrir. Esse insucesso financeiro levou a desativação de alguns empreendimentos e portanto, a inviabilidade da produção da espécie.

A terceira fase da carcinicultura no Brasil se caracteriza pela implantação da espécie exótica Litopenaeus vannamei na década de 80 que, após estudos de adaptação da espécie ao clima local, mostrou-se viável. Com a dominação da espécie por profissionais e laboratórios brasileiros na década de 90, a carcinicultura obteve altos índices de produtividade. Tornando-se, portanto, a única espécie cultivada atualmente no Brasil.

A atividade da carcinicultura no Brasil, também obteve momentos de alta produtividade e comercialização em 2003 e momentos de crise a partir de 2004, esta ultima devido a fatores como a queda na cotação do dólar, doenças nos viveiros de camarão e nos anos de 2008 e 2009 as chuvas ocorridas no Nordeste brasileiro principalmente nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte. Como podemos observar nos números apresentados no gráfico abaixo.

Gráfico 02. Produção da Carcinicultura de 1996 a 2009.



Fonte: MPA, 2010

A atividade da carcinicultura no Brasil encontra-se distribuída em vários Estados, no nordeste brasileiro encontram-se os principais Estados que desenvolvem a atividade: Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Paraíba, Bahia, sendo este ultimo onde se localiza nosso recorte espacial de estudo.

Atividade Pesqueira na Bahia

A região costeira da Bahia tem 1.100km de extensão, compreendendo 39 municípios e abrigando importantes estuários ao longo de 40 bacias hidrográficas. Possuindo uma área estimada de 100.000 hectares de manguezais e cerca de 95.000 habitantes diretamente ligados diretamente a esse ecossistema (RAMOS, 2002).

Segundo dados obtidos juntos ao Ministério da Pesca e Aqüicultura da Bahia, o Estado hoje tem cadastradas na SEAP: 146 associações de pescadores; 79 colônias de pescadores; 6 cooperativas e 5 sindicatos, distribuídos nos municípios baianos, demonstrando a presença e organização da categoria no Estado.

Sobre a produção do Estado, os últimos anos de 2007, 2008 e 2009 tiveram respectivamente produtividade em relação à pesca marinha, de: 44.932,01 toneladas, 66.486,4 toneladas e 81.884,0 toneladas. O terceiro maior produtor de pescado do Nordeste. Nesse contexto, observamos através da organização dos pescadores e da produção da atividade, a forte presença da mesma no Estado.

A atividade pesqueira na Bahia, mais especificamente a pesca artesanal, possui uma lógica de apropriação da natureza diferenciada dos empreendimentos voltados ao cultivo de camarão. No primeiro caso, a lógica de apropriação é voltada para a subsistência e reprodução social, o espaço é tido como valor de uso da comunidade local. Na carcinicultura, tem-se uma lógica voltada aos moldes capitalistas de produção, este que visa à necessidade imediata de expansão e reprodução econômica.

Cabe ressaltar que, a partir do momento em que uma sociedade habita o espaço, há uma valorização do mesmo em decorrência da relação sociedade-espaço, mediada pelo trabalho humano.

Assim, “sendo o espaço (e tudo que nele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um *valor de uso*, um bem de utilidade geral (MORAES; COSTA, 1987, p. 123), onde, enquanto esse espaço não é motivo de interesse do capitalismo, as comunidades tradicionais, por exemplo, seguem sua lógica de apropriação/produção sem interferência dos interesses das formas de apropriação/produção características do capitalismo.

Mas, a partir do momento em que este, se insere na lógica capitalista e emprega suas características próprias de produção na apropriação da natureza, o valor atribuído ao espaço tem significado diferenciado das comunidades locais, onde

é atribuído pelos capitalistas também/ principalmente o valor de troca. Pois, “o modo de produção capitalista assenta-se, fundamentalmente, na produção de valores de troca, sendo a mercadoria sua unidade elementar (MORAES; COSTAS, 1987, p. 149).

Assim, a inserção de empreendimentos de cultivo de camarão nesse espaço constitui-se em uma nova forma de apropriação da natureza, onde sua produção é característica especifica do modo capitalista de produção, nesse sentido o espaço que, para os pescadores tem seu valor de uso, para os carcinicultores terá também/principalmente o valor de troca.

Na atividade da carcinicultura a produção se dá de maneira industrial, com a utilização de novas tecnologias e máquinas, o que ressalta a diferença na forma e valor empregados na apropriação da natureza. Nesse sentido, concordamos quando Moraes e Costa afirmam que,

> A produção industrial em larga escala amplia consideravelmente a quantidade e a diversidade dos produtos, seja pela diversificação do consumo, seja pela introdução de novas tecnologias de acesso aos recursos naturais. O processo de apropriação se acentua e torna-se cada vez mais um processo social geral. Entre homem produtor e a natureza, colocam-se agora a tecnologia, as máquinas e os novos usos que não se limitam mais à satisfação das necessidades elementares de subsistência (MORAES; COSTA, 1987, p. 87).

No litoral baiano, mais especificamente em torno da Baia de Todos os Santos, encontram-se localizados alguns municípios que abrigam empreendimentos que tem em sua prática a carcinicultura. Sobre a abertura do Estado, para a inserção de investimentos empresariais na região costeira, cabe destacar que,

> Na Bahia, observa-se um marco institucional importante, que definiu a abertura de territórios para atração de investimentos empresariais para sua região costeira: trata-se do Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para Carcinicultura Marinha, lançado pela Bahia Pesca no ano de 2003. A Bahia Pesca, empresa do Estado da Bahia cuja missão é o desenvolvimento da atividade pesqueira no Estado da Bahia, desde o início de 2002 vem perscrutando alternativas de negócios rentáveis e divulgando-as para investidores em potencial através de anúncios pagos em jornais de circulação estadual e nacional. Desse modo, a Bahia Pesca desenhou uma espécie de zoneamento econômico que liberou territórios para o investimento de capital e expandiu a fronteira da acumulação para áreas onde predominavam atividades produtivas tradicionais, como a pesca e a mariscagem (MELLO, 2008, p.43).

Dentre essas áreas, encontra-se o Distrito de Acupe, localizado no Município de Santo Amaro, sul do Recôncavo baiano que, de acordo com a divisão territorial,

datada de 1993, é constituído por três distritos, sendo eles: Santo Amaro (sede), Campinhos e Acupe, este último, recorte espacial da presente análise.

Pescadores Artesanais e Carcinicultores no Distrito de Acupe (BA): Da construção dos territórios as mudanças territoriais

O Distrito de Acupe (BA), segundo os dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2000, possui 7 mil habitantes mas, de acordo com os dados obtidos junto a Associação e Colônia de Pescadores, o mesmo atualmente tem aproximadamente 12 mil habitantes, tendo como principal atividade econômica, a pesca artesanal e a mariscagem, esta ultima, realizada nas áreas de mangue e no seu entorno.

Os pescadores e marisqueiras do Distrito encontram-se organizados na Associação Ouro do Mar e na Colônia Z-27 (ambas as sedes situadas no Distrito) e sua comercialização é realizada na própria comunidade e em municípios circunvizinhos.

Atualmente o Distrito possui três fazendas de carcinicultura, sendo uma delas a Fazenda Experimental de Camarões Oruabo, da Bahia Pesca S.A, a pioneira na criação de camarão em cativeiro da Bahia. A fazenda Oruabo é um empreendimento Estadual, que possui economia mista onde, o Estado é o maior acionista e as demais ações são de empresas privadas.

Inaugurada em 1985 e instalada em um espaço anteriormente ocupado por uma salina (onde no decorrer do tempo a atividade foi encerrada, posteriormente desapropriada e incorporada à propriedade do Estado), possui uma extensão de 200 hectares, sendo 82 hectares de espelhos de água que compreendem 12 viveiros de cultivo de camarão. Ressaltando que se trata de um empreendimento Estadual, que possui economia mista: Estado e empresas privadas, sendo que o primeiro representa o maior acionista.

Na atividade da carcinicultura a produção se dá de maneira industrial, com a utilização de novas tecnologias e máquinas, o que ressalta a diferença na forma e valor empregados na apropriação da natureza. Nesse sentido, concordamos quando Moraes e Costa afirmam que,

> A produção industrial em larga escala amplia consideravelmente a quantidade e a diversidade dos produtos, seja pela diversificação do consumo, seja pela introdução de novas tecnologias de acesso aos

> recursos naturais. O processo de apropriação se acentua e torna-se cada vez mais um processo social geral. Entre homem produtor e a natureza, colocam-se agora a tecnologia, as máquinas e os novos usos que não se limitam mais à satisfação das necessidades elementares de subsistência (MORAES; COSTA, 1987, p. 87).

Nesse contexto, verifica-se a materialização das contradições entre pescadores artesanais e carcinicultores em Acupe (BA), a partir do momento em que estes se apropriam do espaço e ali desenvolvem suas atividades, sejam estas no ambiente marítimo ou terrestre. Onde os mesmos criam seus territórios e suas relações de poder com o mesmo.

Sendo assim, é no sentido de entender o território a partir da apropriação e do uso em que a sociedade faz do espaço geográfico, que procuramos compreender como se dá a relação dos territórios da pesca artesanal e da carcinicultura em Acupe. Segundo Raffestin,

> [...] o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sitagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Dessa forma, considerando o território como espaço apropriado, observamos em Acupe a apropriação do espaço por diferentes agentes, no caso, pescadores artesanais e carcinicultores. Onde, estes estabelecem suas relações de poder sobre o mesmo e ali desenvolvem suas atividades, projetam trabalho humano. "O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nesse sentido, Cardoso enfatiza que o "território poderia então ser definido como uma porção do espaço terrestre sobre o qual um agente qualquer exerce um domínio, através do poder gerado por acordos, coesões, ou instrumentos de dominação (CARDOSO, 2003, p. 120). Segundo o mesmo,

> Podemos entender que existem territórios não apenas como espaços nacionais, geridos por um Estado, mas também no interior dos países, tais como territórios indígenas, territórios quilombolas e mesmo territórios pesqueiros (CARDOSO, 2003, p. 120).

Em Acupe, observamos a construção dos territórios pesqueiros a partir das atividades da pesca artesanal e da carcinicultura.

Para os pescadores artesanais, conceituamos território, quando o mesmo se apropria do espaço, atribuindo-lhe um valor de uso e desenvolvendo ali suas

atividades, criando relações de poder com o mesmo e demarcando tal espaço (marítimo ou terrestre) como o seu território de uso, ou seja, de uso comunidade local.

Observa-se que, o território ganha além da delimitação de uso por parte dos pescadores, o sentido de conhecimento, de interação e incorporação a vida dos mesmos. Pois é, neste espaço apropriado pelos pescadores para garantia de sua subsistência onde, são criadas relações de conhecimento, identificação, pertencimento e interação entre homem e natureza.

Em Acupe observa-se a construção do território dos pescadores artesanais e marisqueiras, na medida em que estes exercem suas atividades sejam em água ou na terra, ambas caracterizadas pela lógica empregada pelos mesmos na apropriação do espaço em que, o valor de uso e as formas tradicionais de produção são as características principais do território da pesca artesanal.

Sendo assim, é na relação dos territórios terra e água que observamos a materialização das contradições existentes entre os diferentes agentes que se apropriam do espaço. Considerando, como exposto acima, o território da pesca artesanal, como a área em que pescadores e marisqueiras utilizam para o desenvolvimento de suas atividades, tendo o mangue, ecossistema esse que não é somente terra nem somente água, onde os empreendimentos de cultivo de camarão se instalam, podemos considerar que é neste espaço onde ocorrem inicialmente os conflitos.

Ressaltamos que a principal atividade econômica do distrito é a pesca e a mariscagem, que sobrevive basicamente do extrativismo em áreas de manguezais e no seu entorno. Segundo Prost,

> Os manguezais são considerados ecossistemas-chave em razão de sua riqueza em biodiversidade e dos serviços ambientais que eles proporcionam [...] em virtude desse processo, destacamos, entre os serviços ambientais, o de viveiro e de local de alimentação para muitas espécies, fixas ou migrantes, da fauna terrestre, aquática ou ainda de pássaros. Nessa interface entre meios terrestre e aquático, os manguezais oferecem uma grande variedade de recursos naturais, base de sustentação de populações costeiras há séculos [...] (PROST, 2007, p. 154).

Concordando com Diegues quando nos contempla dizendo:

> Nas regiões costeiras, existem extensas áreas de manguezais, restingas e também lagunas, estuários e florestas litorâneas, como partes da Mata Atlântica. Nela se estabeleceram grupos que desenvolveram culturas particulares que se caracterizam por modos de vida específicos, de grande dependência dos recursos naturais renováveis (DIEGUES,1995, p. 214).

Na Bahia de Todos os Santos, os manguezais de distribuem por quase toda área, sendo de grande importância para as comunidades tradicionais que ali residem e dependem do mesmo para sua sobrevivência. Percebe-se que a relação entre as comunidades tradicionais com as áreas de mangue é de grande importância e de certa forma, dependência para sobrevivência e reprodução social das mesmas.

Assim como a atividade da pesca artesanal constrói seu território, à medida que se apropria do espaço e ali estabelece suas relações de produção, observamos que a carcinicultura também constrói o seu território a partir do momento em que, se apropria das áreas de mangue, construindo os viveiros para cultivo do camarão e desenvolvendo ali suas atividades.

Salientamos que, na apropriação da natureza pela atividade da carcinicultura, há uma diferenciação entre as formas desta e da pesca artesanal, onde o desenvolvimento da carcinicultura compromete a realização da pesca e da mariscagem. Pois, há nesse processo a ocupação de um espaço em comum, o mangue, por ambas as atividades. Segundo Melo,

> As fazendas de camarão são preferencialmente alocadas em estuários e áreas de manguezal, que oferecem as condições ambientais ideais para este sistema de produção, no qual o uso intensivo dos recursos hídricos é um fator decisivo: para cada tonelada de camarão produzida são necessários entre 50 e 60 milhões de litros d'água. Assim, a instalação de fazendas de camarão se dá normalmente em áreas preservadas, habitadas por populações costeiras que vivem do extrativismo de mariscos, moluscos, camarão e peixes (MELOS *apud* PASSOS, 2010, p. 7).

Com a instalação das fazendas de carcinicultura no território da pesca artesanal, podemos visualizar as contradições desse processo na relação dos territórios terra e água. Na água, podemos observar as contradições desse processo mediante as diferentes formas de apropriação do espaço de uso dos pescadores, seguido de todas as implicações de cunho ambiental que a instalação e manutenção dos viveiros ocasionam, a exemplo do corte de vegetações do mangue para dar lugar aos viveiros de cultivo do camarão, assim como a manutenção e desenvolvimento da atividade.

Na terra, as contradições se materializam em diferentes aspectos, a comercialização dos produtos é um destes, no qual pescadores artesanais disputam com empreendimentos de cultivo de camarão. Aonde as diferenças na apropriação da natureza e produção do pescado se materializam, principalmente em fatores

como o preço e o prazo ofertados pelos empreendimentos, com os quais os pescadores não podem competir.

Assim, na medida em que os empreendimentos se apropriam do espaço e instalam os viveiros, desenvolvem a produção do camarão e posteriormente comercializam o produto, estes constroem o território da carcinicultura. Onde, os carcinicultores criam suas relações de poder com o local e estabelecem suas relações de produção e desenvolvimento da atividade. Ocasionando conseqüentemente, uma disputa territorial entre essas atividades para garantia do desenvolvimento das mesmas.

Dessa forma podemos observar que o território construído pela atividade da carcinicultura interfere diretamente no desenvolvimento da atividade da pesca artesanal, disputando espaços até então apropriados por pescadores e marisqueiras.

Considerações Finais

Desta forma, percebemos que as contradições existentes entre pescadores artesanais e carcinicultores na Bahia se dão, inicialmente, pela ocupação de um espaço em comum, aonde as diferenças existentes nas formas de apropriação da natureza por ambas as atividades, vem ocasionando constantes mudanças territoriais.

Assim, na medida em que essas atividades se apropriam do espaço e ali desenvolvem suas atividades estas, criam seus territórios e suas relações de poder com o mesmo. Cabe ressaltar que, apesar do território da pesca artesanal não ser oficializado por titulação de propriedade, como os empreendimentos de carcinicultura, para o desenvolvimento da atividade, há necessidade da apropriação de determinado espaço, para realização da mesma. Por exemplo, para que as marisqueiras desenvolvam suas atividades de captura do marisco, há uma necessidade de que aquele território por elas apropriado esteja livre para a utilização do mesmo, nesse caso, não somente disponível, mas também em condições favoráveis. Com o desenvolvimento da carcinicultura não somente essa disponibilidade é comprometida, como também em muitas vezes as condições físicas, naturais desse espaço. Ocasionado consequentemente, disputas territoriais entre os mesmos.

Referências

ABCC. Associação Brasileira de Criadores de Camarão. **História da Carcinicultura no Brasil**. Disponível em: http://www.abccam.com.br/historico2.html. Acesso em 21 de setembro de 2009.

CARDOSO, Eduardo S. Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros. In GEOUSP- **Espaço e tempo.** São Paulo. Nº14 pp.119-125, 2003.

DIEGUES, A. C. **Povos e Mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NAPAUB, 1995.

DIEGUES, A. C.(org.) **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental:** Convivência e Conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná. São Paulo: NUPAUB - USP, 2004.

MELLO, Cecília Campello do A. A luta por justiça ambiental e os grandes projetos de carcinicultura no Estado da Bahia. In: **Justiça pelas Águas:** Enfrentamento ao Racismo ambiental. SRH, 2008, pp. 41-47.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Critica:** A valorização do espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Produção pesqueira e aquicola.** 2010 Disponível em: http://www.slideshare.net/BlogDoPlanalto/caderno-consolidaodosdadosestatiscosfinalparaweb> Acesso em 20 outubro de 2010.

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **Balança Comercial do Pescado, 2009.** 2010. Disponível em: ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/bal_comer_pesc09.pdf> Acesso em 10 janeiro de 2011.

PROST, C. Ecodesenvolvimento da pesca artesanal em região costeira - Estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil. **Geotextos** (UFBA), v. 23, p. 139-169, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

RAMALHO, Cristiano Wellington N. **Ah, esse povo do mar!**: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Pailo: Polis: Campinas, SP: Ceres, 2006.

RAMOS, Sergio. **Manguezais da Bahia:** breves considerações. Ilhéus: Editus, 2002.